

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Prezados Acionistas,

A Administração da Companhia Brasileira de Energia ("Brasiliana" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Perfil

A Companhia Brasileira de Energia é uma sociedade por ações e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente no setor de geração e distribuição de energia elétrica. Suas principais controladas são: AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("AES Eletropaulo"), AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana") e AES Serviços TC Ltda. ("AES Serviços TC"), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades.

Desempenho Econômico-Financeiro

Os ganhos com equivalência patrimonial na Companhia totalizaram R\$ 51,4 milhões em 2014 ante R\$ 514,8 milhões em 2013. O desempenho é explicado, principalmente pela variação negativa de:

- (i) R\$ 222,8 milhões na controlada AES Tietê em função da hidrologia desfavorável e do aumento do rebaixamento da garantia física das usinas hidrelétricas em 2014 (-9,4% em 2014 versus -0,31% em 2013), fatores que resultaram no aumento de compra de energia no mercado spot a preços mais elevados (R\$ 688,9/MWh em 2014 versus R\$ 263,06/MWh em 2013);
- (ii) R\$ 132,9 milhões na controlada AES Uruguiana, influenciada pela reversão da provisão dos valores de contas a pagar à fornecedora de gás YPF em 2013; e
- (iii) R\$ 114,7 milhões em função do resultado da AES Eletropaulo (variação negativa de R\$ 14,6 milhões e R\$ 100,1 milhões na AES Elpa), principalmente em função das maiores despesas com energia comprada para revenda incorridas durante o ano.

A contribuição de cada uma das controladas em 2014 está demonstrada no quadro a seguir:

R\$ Milhões	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ágio	Total
Resultado de Equivalência Patrimonial			
AES Eletropaulo	(5,8)	(1,7)	(7,5)
AES Elpa (*)	(86,6)	(29,4)	(116,0)
AES Tietê	227,9	(60,3)	167,6
AES Uruguiana	5,4	—	5,4
AES Serviços TC	1,9	—	1,9
Total	142,8	(91,4)	51,4

(*) a AES Elpa detém 30,97% do capital da AES Eletropaulo

A AES Eletropaulo, na qual a Companhia detém 34,87% de seu capital social de forma direta e indireta, apresentou prejuízo líquido de R\$ 131,8 milhões em 2014 ante um lucro líquido de R\$ 198,2 milhões em 2013. Tal resultado é justificado, principalmente, pelas maiores despesas com energia comprada para revenda, parcialmente compensada pela maior receita de fornecimento e de venda de energia no curto prazo.

A AES Tietê, na qual a Brasiliana detém 52,55% de seu capital social de forma direta, apresentou lucro líquido de R\$ 449,3 milhões em 2014, uma redução de 49% no ano (comparado a R\$ 881,4 milhões em 2013) influenciado, principalmente, pelo aumento no custo com compra de energia devido ao rebaixamento da garantia física no Sistema Interligado Nacional (-9,4% em 2014 versus -0,31% em 2013) e da indisponibilidade das unidades geradoras, parcialmente compensado pelo reajuste no preço da energia vendida à AES Eletropaulo, a redução nos custos gerenciais (PMSO) da Companhia e redução da compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos, reflexo da redução da geração das usinas no ano de 2014.

A AES Uruguiana, por sua vez, que é quase 100% detida pela Brasiliana, reportou lucro líquido de R\$ 5,4 milhões em 2014 ante um lucro líquido de R\$ 138,4 milhões em 2013 devido, principalmente, a reversão do contas a pagar à YPF no valor de R\$ 132 milhões, realizada no primeiro semestre de 2013.

Adicionalmente, a AES Serviços também, controlada pela Brasiliana com quase 100% do seu capital social, obteve um lucro líquido de R\$ 1,9 milhão em 2014, ante um prejuízo líquido de R\$ 5,1 milhões em 2013. Tal variação no resultado é principalmente explicada pelo incremento da receita líquida em R\$ 14 milhões (R\$ 23,9 milhões em 2014 versus R\$ 9,9 milhões em 2013), reflexo da celebração de novos contratos, referentes aos serviços operacionais nas lojas da AES Eletropaulo, além da constituição de ativo diferido de crédito tributário em 2014 sobre a base e prejuízo fiscal dessa controlada.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	66	20	217.634
Investimentos de curto prazo	4	308.241	114.534	1.607.000
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	—	—	1.762.878
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6.1	25.283	18.819	62.809
Outros tributos compensáveis	6.2	—	—	176.680
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	32.1	2.699	15.113	—
Devedores diversos	—	—	71	2.774
Contas a receber - acordos	9	—	—	99.911
Outros créditos	10	437	437	259.476
Almoxtarifado	—	—	—	62.776
Despesas pagas antecipadamente	—	85	2	31.134
Ativo financeiro setorial, líquido	35	—	—	140.940
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		336.811	148.996	4.424.012
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	—	—	33.121
Outros tributos compensáveis	6.2	—	—	42.084
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	45.174	37.231	549.326
Tributos a recuperar	8	—	—	79.852
Cauções e depósitos vinculados	22	31.944	28.755	500.063
Contas a receber - acordos	9	—	—	19.900
Outros créditos	10	210	193	142.797
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	16	—	—	(61.175)
Ativo financeiro da concessão	12	—	—	1.980.752
Ativo financeiro setorial, líquido	35	—	—	129.566
Investimento	13	2.377.887	2.750.014	8.769
Imobilizado, líquido	14	—	—	3.537.703
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	14	—	—	(376.114)
Intangível	15	931.161	1.022.522	6.663.157
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.386.376	3.838.715	13.249.802
TOTAL DO ATIVO		3.723.187	3.987.711	17.673.814

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	17	227	297	1.752.879
Empréstimos e financiamentos	19	—	—	569.407
Debêntures	19	—	—	845.320
Arrendamento financeiro	19	—	—	3.661
Subvenções governamentais	20	—	—	2.478
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	—	—	162.424
Outros tributos a pagar	18.2	35	8	561.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.2	—	—	6.167
Obrigações estimadas	—	—	—	108.447
Obrigações sociais e trabalhistas	—	—	—	2.687
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	23	—	—	60.252
Provisões para processos judiciais e outros	22	—	—	184.273
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	—	—	49.005
Outras obrigações	25	—	1	240.092
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		262	306	4.548.918
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	17	—	—	70.887
Empréstimos e financiamentos	19	—	—	457.364
Debêntures	19	—	—	2.810.245
Arrendamento financeiro	19	—	—	9.933
Subvenções governamentais	20	—	—	10.535
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	—	—	511.597
Obrigações com entidade de previdência privada	21	—	—	2.818.793
Provisões para processos judiciais e outros	22	31.517	29.433	402.499
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	—	—	27.025
Contas a pagar a partes relacionadas	32.1	9.228	9.203	9.010
Obrigações estimadas	—	—	—	929
Reserva de reversão	—	—	—	66.085
Outras obrigações	25	—	—	27.119
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		40.745	38.636	7.222.021
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	26	2.960.708	2.960.708	2.960.708
Reservas de lucros:				
- Legal	27.2	214.512	207.763	214.512
- Estatutária	27.2	118.446	211.160	118.446
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	27.2	—	80.000	80.000
Ajustes de avaliação patrimonial	26	743.601	796.638	743.601
Outros resultados abrangentes	—	(355.087)	(307.500)	(355.087)
Subtotal		3.682.180	3.948.769	3.682.180
Participação de acionistas não controladores	—	—	—	2.220.695
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.682.180	3.948.769	5.902.875
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.723.187	3.987.711	17.673.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

O resultado financeiro da Brasiliana foi positivo em R\$ 26,5 milhões em 2014, ante um resultado positivo de R\$ 5,7 milhões em 2013. Esse desempenho é explicado principalmente pelo menor saldo médio de aplicações financeiras (R\$ 235,6 milhões em 2014 ante R\$ 71,3 milhões em 2013), reflexo do recebimento de dividendos de suas controladas diretas e indiretas em 2014, e a aumento da rentabilidade destas aplicações de 101,7% do CDI em 2014 ante 98,6% em 2013.

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 81,9 milhões em 2014 ante R\$ 517,0 milhões em 2013, uma redução de 84,2%, em função, principalmente, do resultado negativo auferido por suas controladas AES Tietê, AES Eletropaulo e AES Uruguiana, conforme detalhados acima.

Remuneração aos Acionistas

Dividendos Brasiliana 2014 (R\$ milhões)	
Lucro do Exercício - 31 de dezembro de 2014	81,9
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	53,0
Dividendos e JSCP prescritos de controladas	3,9
Constituição de Reserva Legal (5%)	(6,7)
Base para distribuição de dividendos	132,1
Dividendos intermediários distribuídos - 1S14	102,8
Proposta de destinação para a Reserva Estatutária	29,3
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	—
Saldo remanescente	—

Em vista do resultado apresentado acima e das estimativas de geração de caixa, a administração da Brasiliana propõe a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, face à apuração de lucro líquido no montante de R\$ 81,9 milhões, que acrescido do ajuste de avaliação patrimonial, no valor de R\$ 53,0 milhões, dos dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de controladas, no valor de 3,9 milhões e deduzido à constituição de reserva legal no valor de R\$6,7 milhões, perfaz um total a destinar de R\$ 132,1 milhões.

As destinações mencionadas acima serão propostas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), que ocorrerá até o dia 30 de abril de 2014, em conjunto com:

- (i) a ratificação da distribuição de dividendos intermediários pelo Conselho de Administração da Companhia, relativa ao resultado apurado pela Companhia no primeiro semestre de 2014, no montante de R\$102,8 milhões, o qual foi pago em 25 de setembro de 2014; e,
- (ii) a constituição de reserva estatutária (reserva de lucros) no montante de R\$ 29,3 milhões.

Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2014, a Brasiliana utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes do contrato desse serviço encontram-se abaixo:

- (i) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 10 de abril de 2014.

O valor total do serviço descrito acima soma R\$ 10.495,00 (dez mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) e equivale a 3,97% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2015

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	—	—	11.765.343
CUSTOS OPERACIONAIS				9.428.650
Custo com Energia Elétrica/Gás				
Energia elétrica comprada para revenda	—	—	(6.933.183)	(3.404.808)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfla	—	—	(271.673)	(251.096)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	—	—	(497.890)	(608.653)
Taxa de fiscalização	—	—	(22.309)	(26.188)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	(41.085)	(61.521)
Gás comprado para geração de energia elétrica	—	—	(203.670)	(13.507)
Custo de Operação				
Pessoal e administradores	—	—	(776.331)	(595.486)
Entidade de previdência privada	21	—	(288.697)	(342.355)
Serviços de terceiros	(3.628)	(2.435)	(529.410)	(562.781)
Material	(19)	—	(54.020)	(58.488)
Custo de construção	—	—	(582.995)	(809.069)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	—	—	(80.607)	(15.148)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	—	(5)	(29.528)	(111.975)
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	—	—	16.511	23.086
Depreciação e amortização	—	—	(663.315)	(624.118)
Outras receitas e custos	29	(284)	(514)	(65.572)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(3.931)	(2.954)	(11.023.774)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
RESULTADO DO SERVIÇO				
Resultado de equivalência patrimonial	13	(3.931)	(2.954)	741.569
Amortização de intangível de concessão	15	(91.361)	(95.546)	(137.307)
RESULTADO FINANCEIRO				1.765.863
Receitas financeiras				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tipo de operação				
Numerário disponível	66	20	7.653	7.696
Numerário em trânsito	–	–	113.975	55.897
CDB-DI (i)	–	–	22.566	26.314
Operação compromissada (i)	–	–	73.440	182.089
	66	20	217.634	271.996
Investimentos de curto prazo	Controladora		Consolidado	
Tipo de operação	2014	2013	2014	2013
CDB-DI (i)	59.141	42.696	318.049	255.270
Operação compromissada (i)	249.100	71.838	1.187.136	972.593
Fundo de investimento (ii)	–	–	39.606	101.092
Títulos públicos (iii)	–	–	62.209	39.360
	308.241	114.534	1.607.000	1.368.315

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

(i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados, em média, no caso da Companhia a 101,68% do CDI (98,57% em 31 de dezembro de 2013), e nas controladas variando de 96,44% a 101,57% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (99,88% a 102,62% em 31 de dezembro de 2013), e têm características de liquidez imediata.

(ii) Trata-se de um fundo de investimento administrado por instituição financeira de primeira linha, destinado exclusivamente a receber recursos das controladas e cujo objetivo é o de buscar rentabilidade compatível com investimentos tradicionais de renda fixa, mediante aplicação de, no mínimo, 80% de seu patrimônio líquido em ativos relacionados diretamente com taxa de juros doméstica ou índices de preço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os ativos desse fundo eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

(iii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

5. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias

	Consolidado					
	2014					
	Saldos vinctendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE Consumidores:						
Residencial	209.975	217.640	36.126	463.741	(49.626)	414.115
Industrial	48.602	30.516	13.183	92.301	(6.109)	86.192
Comercial	179.243	51.411	945	231.599	(11.099)	220.500
Rural	89	28	21	138	–	138
Poder público:						
Federal	2.698	2.239	179	5.116	(291)	4.825
Estadual	10.407	1.732	107	12.246	(4)	12.242
Municipal	13.618	3.325	1.863	18.806	(82)	18.724
Iluminação pública	15.363	785	253	16.401	–	16.401
Serviço público	18.476	257	5.944	24.677	(963)	23.714
Total - Faturado	498.471	307.933	58.621	865.025	(68.174)	796.851
Não Faturado	587.482	–	–	587.482	–	587.482
Total - Não Faturado	587.482	–	–	587.482	–	587.482
Total	1.085.953	307.933	58.621	1.452.507	(68.174)	1.384.333
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Encargos de uso da rede	60	–	–	60	–	60
Revendedores	5.014	–	4.248	9.262	(4.248)	5.014
Energia no curto prazo - CCEE	351.782	–	–	351.782	–	351.782
Energia livre	13.075	–	–	13.075	–	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	8.614	–	–	8.614	–	8.614
Total	378.545	–	4.248	382.793	(4.248)	378.545
Total - CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	1.464.498	307.933	62.869	1.835.300	(72.422)	1.762.878
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - NÃO CIRCULANTE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.497.619	307.933	62.869	1.868.421	(72.422)	1.795.999

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

	Consolidado					
	2013					
	Saldos vinctendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE Consumidores:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	–	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não Faturado	408.930	–	–	408.930	–	408.930
Total - Não Faturado	408.930	–	–	408.930	–	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Encargos de uso da rede	61	–	–	61	–	61
Revendedores	–	–	4.248	4.248	(4.248)	–
Energia no curto prazo - CCEE	40.928	–	–	40.928	–	40.928
Energia livre	13.075	–	–	13.075	–	13.075
Ressarcimento - Leilões de energia	4.427	–	–	4.427	–	4.427
Total	58.491	–	4.248	62.739	(4.248)	58.491
Total - CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	1.021.193	241.150	66.099	1.328.442	(65.699)	1.262.743
Revendedores, concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - NÃO CIRCULANTE	33.121	–	–	33.121	–	33.121
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.054.314	241.150	66.099	1.361.563	(65.699)	1.295.864

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota explicativa nº 11.

Os consumidores da controlada indireta Eletropaulo escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, sobre as faturas desses consumidores incidem juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor dessas faturas.

Na condição de prestação de serviço público de distribuição, a controlada indireta Eletropaulo deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

6.1 Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE				
Contribuição social	–	–	4.376	7.084
Imposto de renda	20.096	15.435	33.270	36.611
Imposto de renda retido na fonte	5.187	3.384	25.163	27.532
Total	25.283	18.819	62.809	71.227

6.2 Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE				
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	–	–	1.231	2.417
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	–	–	71.042	64.528
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença de alíquota - nota explicativa nº 25	–	–	25.026	44.634
ICMS - Compra de créditos (*)	–	–	8.850	11.400
PIS/COFINS	–	–	70.367	30.764
ISS e outros	–	–	164	164
Subtotal	–	–	176.680	153.907
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 11	–	–	–	(1.429)
Subtotal Líquido de PCLD NÃO CIRCULANTE	–	–	176.680	152.478
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	–	–	42.084	50.804
Subtotal	–	–	42.084	50.804
Total	–	–	218.764	203.282

(*) Compra de créditos acumulados de Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, pela controlada indireta Eletropaulo, em consonância com o Artigo 84 do Decreto 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, para compensação de ICMS que a controlada indireta Eletropaulo recolherá para a SEFAZ - SP.

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido e efeitos em resultado	Controladora			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	26.606	24.479	2.127	–
Adições temporárias (ágio)	21.747	15.162	6.585	–
Outros	(3.179)	(2.410)	(769)	(550)
Total controladora	45.174	37.231	7.943	(550)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido e efeitos em resultado	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão de benefício a empregados	298.559	284.369	14.190	26.575
Provisão para processos judiciais e outros	163.607	182.441	(18.834)	12.967
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.598	78.842	(11.244)	(40.693)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios ⁽¹⁾	–	(219.439)	219.439	25.634
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.123.075)	(1.208.313)	85.238	80.171
Ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	525.175	454.762	–	–
Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa	123.323	151.418	(28.095)	(40.602)
Atualização do ativo financeiro de concessão	(53.162)	(34.381)	(18.781)	(39.521)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	94.837	113.249	(18.412)	10.936
Ativo intangível - uso do bem público	(13.720)	(14.635)	915	914
Alienação de imóvel - nota explicativa nº 29	(24.129)	–	(24.129)	–
Outros	(21.284)	(15.004)	(6.280)	(13.747)
Subtotal	37.729	(226.691)	194.007	22.634
Benefício fiscal gerado por incorporação de ágio - controlada Tietê (nota nº 8)	–	–	(9.285)	(9.926)
Total consolidado	37.729	(226.691)	184.722	12.708

(*) A controlada indireta Eletropaulo, após assinatura do Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão, registrou o ativo financeiro setorial líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 - vide notas explicativas nº 3.20 e nº 35. Desta forma, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ativos e passivos regulatórios foi revertido no mesmo exercício.

Movimentação dos tributos diferidos	2014			
	Consolidado			
Saldo em 31 de dezembro de 2012		259.525		
Impacto no resultado		22.634		
Impacto no patrimônio líquido		(508.850)		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(226.691)		
Impacto no resultado		194.007		
Impacto no patrimônio líquido		70.413		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		37.729		

Conforme orientação contida no CPC 32 os tributos diferidos são apresentados pelo valor líquido, obedecida a distribuição abaixo:

Tributos Diferidos	2014					
	Controladora Brasileira	Controlada Elpa	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Controlada AES Serviços	Consolidado Total
Ativo	48.353	–	1.251.923	31.974	4.301	1.336.551
Passivo	(3.179)	(1.879)	(752.072)	(541.692)	–	(1.298.822)
Total líquido	45.174	(1.879)	499.851	(509.718)	4.301	37.729
Composição das rubricas:-						
Ativo	45.174	–	499.851	–	4.301	549.326
Passivo	–	(1.879)	–	(509.718)	–	(511.597)

7.2 Estimativa de recuperação dos créditos fiscais

Com base nos estudos técnicos de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e suas controladas estimam recuperar esses créditos nos seguintes exercícios:

	2014			
	Controladora	Consolidado		
Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos Diferidos Ativos (IR e CS)	Tributos a Recuperar (*)	Total	
2015	–	228.994	8.635	237.629
2016	–	162.011	7.990	170.001
2017	3.980	181.687	7.416	189.103
2018	3.704	187.414	6.863	194.277
2019	3.884	191.989	6.368	198.357
2020 a 2022	8.882	298.582	16.365	314.947
2023 a 2025	14.224	47.853	12.967	60.820
2026 a 2028	13.679	37.715	10.270	47.985
2029	–	306	2.978	3.284
	48.353	1.336.551	79.852	1.416.403

Em 27 e 28 de janeiro de 2015, os estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos tributários da Companhia e suas controladas foram aprovados pelos Conselhos de Administração e examinados pelos Conselhos Fiscais.

(*) A estimativa de realização de tributos a recuperar foi definida através de Ofício ANEEL - Maiores detalhes sobre a natureza desse crédito tributário estão descritas na nota explicativa nº 8.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta saldo de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outras diferenças temporárias no montante de R\$48.353 (R\$39.641 em 31 de dezembro de 2013). O pré-pagamento da dívida ocorrido em 2011, resultou na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, permitindo a constituição do referido crédito tributário. A expectativa de lucros tributáveis futuros está suportada por estudo técnico aprovado pelo Conselho da Administração.

As controladas Uruguaiana e Elpa não registram impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as controladas Uruguaiana, Elpa e AES Serviços acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não são base para impostos diferidos ativos, a saber:

2014	Brasiliiana	AES Uruguaiana	AES Elpa	AES Serviços	Total
Prejuízo Fiscal	(367.940)	(391.704)	(1.055.708)	(11.207)	(1.826.559)
Base Negativa Contribuição Social	(423.191)	(391.704)	(1.291.661)	(11.207)	(2.117.763)
Diferenças temporárias ativas					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contrato de concessão público - privado

	Controlada Eletropaulo	
	2014	2013
Ativo Financeiro		
Ativo financeiro ICPC 01 - controlada Eletropaulo	1.980.753	1.386.931
Ativo intangível concessão		
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo	5.045.454	5.722.928
Total	7.026.207	7.109.859

O ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de concessão estabelecem as diretrizes para a contabilização, pelos operadores (concessionárias), dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a controlada indireta Eletropaulo tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado nas informações contábeis pelo ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

	Ativo financeiro da concessão	Atualização do ativo financeiro da concessão	Total do ativo financeiro da concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	–	97.287
Baixas	(8.533)	–	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	–	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931
Adições provenientes do ativo intangível em curso	555.458	–	555.458
Baixas	(16.873)	–	(16.873)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30	–	55.237	55.237
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.824.395	156.358	1.980.753

Características do contrato de concessão da controlada indireta Eletropaulo
Em 15 de junho de 1998, a controlada indireta Eletropaulo e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a controlada indireta Eletropaulo deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da controlada indireta Eletropaulo não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da controlada indireta Eletropaulo ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data, a cada 4 anos.

Características do contrato de concessão da controlada Tietê
Em 20 de dezembro de 1999 foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio de centrais geradoras e de instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras. O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL irá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato, do Edital de Privatização, da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos, à manutenção das operações, dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado, bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais e as legislações vigentes aplicáveis à controlada Tietê de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidroelétricos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, o contrato de concessão estabeleceu o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) no período de 5 anos, em parcelas mensais, atualizadas pelo IGP-M. Esse encargo foi pago no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004.

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11, é estabelecido que no advento do termo final do contrato os bens e instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Tietê não efetuou nenhum pagamento referente a taxas ou encargos relacionados à concessão.

Bens vinculados à concessão
De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	1.205.085	1.524.176	–	–
Recursos destinados a aumento de capital	429.200	429.200	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas (*)	226.671	243.252	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas (**)	516.931	553.386	–	–
Subtotal	2.377.887	2.750.014	–	–
Imóveis destinados a uso futuro	–	–	4.707	5.438
Outros	–	–	4.062	4.062
Total	2.377.887	2.750.014	8.769	9.500

(*) A controlada indireta Eletropaulo registrou em 30 de junho de 2007, ajuste de reavaliação dos ativos, no montante de R\$1.128.336, líquido dos efeitos tributários, na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, em complemento à mais-valia registrada em 1998, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes àquela época. O saldo dessa mais-valia em 31 de dezembro de 2014, líquido da amortização e impostos é de R\$650.002 (R\$697.547 em 31 de dezembro de 2013) - nota explicativa nº 26c. Em consequência, a Companhia e sua controlada AES Elpa registraram ajuste de avaliação patrimonial reflexo, na conta de investimentos, em contrapartida à conta específica no patrimônio líquido, conforme segue:

b) As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estão demonstradas abaixo:

	Consolidado										Total	
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro		Em curso (+) obrigações especiais
Custo												
Saldo em 31 de dezembro de 2012	408.163	2.818.969	547.756	638.133	154.868	14.815	1.321.425	8.927	12.641	22.377	196.476	6.144.550
Adições	–	–	–	–	–	–	19	746	67	13.599	207.803	222.234
Baixas	–	–	(10)	–	–	(3)	–	(2.585)	(2)	(70)	–	(2.706)
Transferências	–	4.440	–	1.711	–	–	59.773	1.404	403	–	(101.099)	(33.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	408.163	2.823.409	547.746	639.844	154.868	14.812	1.381.217	8.492	13.109	35.906	303.144	6.330.710
Adições	–	–	–	–	–	–	–	–	–	502	177.821	178.323
Baixas	–	–	–	–	–	(18)	–	(402)	–	(946)	–	(1.366)
Transferências	–	38.027	1.856	8.161	–	–	198.343	842	78	–	(246.460)	847
Saldo em 31 de dezembro de 2014	408.163	2.861.436	549.602	648.005	154.868	14.794	1.579.560	8.932	13.187	35.462	234.505	6.508.514
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Termoelétrica em operação	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Arrendamento financeiro	Em curso (+) obrigações especiais	Total
Depreciação e amortização												
Saldo em 31 de dezembro de 2012	–	(1.389.590)	(276.546)	(399.275)	(21.651)	–	(477.562)	(4.858)	(7.801)	(15.502)	–	(2.592.785)
Adições	–	(94.264)	(23.753)	(13.462)	–	–	(52.418)	(851)	(1.252)	(4.321)	–	(190.321)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	2.490	–	30	–	2.520
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2013	–	(1.483.854)	(300.299)	(412.737)	(21.651)	–	(529.980)	(3.219)	(9.053)	(19.793)	–	(2.780.586)
Adições	–	(93.778)	(23.821)	(13.497)	–	–	(54.248)	(1.020)	(1.171)	(3.092)	–	(190.627)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–	402	–	–	–	402
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	–	(1.577.632)	(324.120)	(426.234)	(21.651)	–	(584.228)	(3.837)	(10.224)	(22.885)	–	(2.970.811)

c) Dos bens vinculados à concessão - controlada Tietê - Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. Os bens vinculados à concessão da controlada Tietê representam a totalidade do saldo do seu ativo imobilizado, com exceção dos arrendamentos financeiros, sendo o montante total de bens vinculados à concessão na data-base de 31 de dezembro de 2014 equivalente a R\$3.145.198 (R\$3.130.215 em 31 de dezembro de 2013).

d) Reversão dos bens à União - controlada Tietê - Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99 ("Contrato"), assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculadas à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

15. Intangível

Os saldos do ativo intangível é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Intangível:				
Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo (i)				
Custo	–	–	6.895.634	7.262.325
Amortização	–	–	(1.850.180)	(1.539.397)
Total do ativo intangível da concessão	–	–	5.045.454	5.722.928
Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê (ii)				
Custo	–	–	73.174	73.174
Amortização	–	–	(32.821)	(30.131)
Total do ativo intangível - uso do bem público	–	–	40.353	43.043
Ativo Intangível gerado na aquisição da concessão (iii)				
Brasileira	931.161	1.022.522	931.161	1.022.522
Elpa	–	–	607.463	653.409
Total	931.161	1.022.522	1.538.624	1.675.931
Outros Intangíveis				
Tietê	–	–	38.695	36.464
Serviços	–	–	31	59
Total Intangível	–	–	38.726	36.523

(i) **Ativo intangível - bens da concessão - controlada Eletropaulo** - refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a mesma tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

(ii) **Ativo intangível - uso do bem público - controlada Tietê** - refere-se ao pagamento efetuado em bases mensais, no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) **Ativo intangível gerado na aquisição da concessão** - valores registrados como ativo intangível de concessão, decorrentes de aquisição de participação em controladas que, anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade, estavam classificadas como ágio. A sua amortização é reconhecida linearmente pelo prazo de vigência de cada concessão.

As movimentações do ativo intangível de concessão e dos outros intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	Obrigações especiais	Intangível	Obrigações especiais			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	–	240.927	–	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	–	–	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	–	–	–	–	–	37.852	–
Transferência	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(79.990)	(97.287)	(97.287)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928
Adições	564.809	–	(148.014)	6.512	–	(423.307)	(87.208)
Baixas	–	–	(276.346)	41.806	(276.540)	157.210	(77.330)
Amortização de obrigações especiais	(1.300.828)	68.980	713.184	(36.794)	(555.458)	42.522	–
Transferência	–	–	–	–	–	(555.458)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2014	492.111	(368.390)	7.524.849	(752.936)	6.895.634	(1.850.180)	5.045.454

(*) A maior parte do valor refere-se à transferência das instalações de iluminação pública para os municípios, conforme procedimentos estabelecidos pela Resolução Normativa nº 480/2012 da ANEEL. A controlada indireta Eletropaulo realizou a baixa do valor contábil e amortização acumulada destas instalações em contrapartida à baixa do valor de obrigações especiais e respectiva amortização.

Ativo Intangível - uso do bem público - controlada Tietê	Uso do bem público
Saldo em 31 de dezembro de 2012	45.733
Amortização	(2.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	43.043
Amortização	(2.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	40.353

	Brasileira		Elpa		Total
	2014	2013	2014	2013	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.118.068	699.356	1.817.424		
Amortização	(95.546)	(45.947)	(141.493)		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.022.522	653.409	1.675.931		
Amortização	(91.361)	(45.946)	(137.307)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	931.161	607.463	1.538.624		

16. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos e para perdas com contratos onerosos

A controlada Uruguiana celebrou, em 30 de setembro de 1998, contrato de compra e venda de gás natural com a Sulgás, concessionária de serviços de distribuição de gás no Estado do Rio Grande do Sul. A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendo-lo para a controlada Uruguiana. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural é de 20 anos, com término previsto para 1º de dezembro de 2019.

As obrigações de take-or-pay foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.

A controlada Uruguiana em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu em exercícios anteriores que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

A controlada Uruguiana entende que esses fatores, em conjunto com as projeções de pouca disponibilidade de gás para geração de energia para ser comercializada através de contratos bilaterais, trarão impactos negativos e significativos nos seus resultados e fluxos de caixa futuros, determinando, portanto, a necessidade de uma análise sobre a recuperabilidade de seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

O resumo dos registros da provisão para desvalorização dos ativos não circulantes e direito do uso de gás natural nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são conforme segue:

	Valor consolidado		Juros	Amortizações	Saldo em 31.12.2014
	2014	2013			
ICMS	300.000	7.691	–	(81.563)	226.128

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

a) Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras/Credores	Consolidado							
	2014							
	Vencimento	(% ao ano) Taxa Efetiva (**)	Circulante			Não Circulante		
Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.7	2015	5,00	–	440	–	440	–	–
BNDES - Finame - c.8	2016	8,70	8	1.528	–	1.536	637	–
FINEP - c.9 (*)	2020	4,00	106	3.621	–	3.727	44.270	–
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.10	2019	CDI+2,41	5.904	60.000	(3.494)	62.410	420.000	(7.543)
Notas promissórias - 1ª Emissão - controlada Eletropaulo - c.11	2014	CDI+1,84	–	–	–	–	–	–
Notas promissórias - 2ª Emissão - controlada Tietê - c.15	2015	CDI+1,29	1.448	500.000	(429)	501.019	–	–
Outros			275	–	–	275	–	–
Total			7.741	565.589	(3.923)	569.407	464.907	(7.543)
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.12	2015	CDI+1,37	9.093	300.060	(159)	308.994	–	–
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.13	2019	CDI+0,89	7.132	–	(408)	6.724	498.000	(1.103)
Debêntures - 3ª Emissão - Tietê - c.14	2020	110,10% do CDI	9.790	–	(198)	9.592	300.000	(813)
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,98	11.039	75.000	(3.552)	82.487	175.000	(4.930)
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	2018	CDI+2,24	4.090	–	(798)	3.292	200.000	(1.706)
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2020	CDI+2,28	5.645	40.000	(2.074)	43.571	320.000	(5.343)
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	2021	CDI+1,90	6.512	–	(1.540)	4.972	600.000	(9.345)
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2018	CDI+1,98	20.692	–	(4.636)	16.056	750.000	(9.515)
Debêntures - 16ª Emissão - Eletropaulo - c.6	2015	CDI+2,52	19.907	350.000	(275)	369.632	–	–
Total			93.900	765.060	(13.640)	845.320	2.843.000	(32.755)
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.16		8,40 a 13,90	–	3.661	–	3.661	9.933	–
Total				3.661	–	3.661	9.933	–
Total da dívida				101.641	1.334.310	(17.563)	1.418.388	3.317.840

Instituições Financeiras/Credores	Consolidado							
	2013							
	Vencimento	(% ao ano) Taxa Efetiva (**)	Circulante			Não Circulante		
Encargos			Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.7	2015	5,00	–	881	–	881	440	–
BNDES - Finame - c.8	2016	8,70	13	1.528	–	1.541	2.164	–
FINEP - c.9 (*)	2020	4,00	65	4.182	–	4.247	27.838	–
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.10	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)	61.796	480.000	(11.036)
Outros			275	–	–	275	–	–
Total			5.915	66.591	(3.766)	68.740	510.442	(11.036)
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.12	2015	CDI+1,37	15.221	299.970	(609)	314.582	300.060	(160)
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.13	2019	CDI+0,89	5.758	–	(379)	5.379	498.000	(1.511)
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	2018	CDI+2,98	9.166	–	(3.706)	5.460	250.000	(8.482)
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	2018	CDI+2,24	3.388	–	(739)	2.649	200.000	(2.504)
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	2020	CDI+2,28	4.863	20.000	(2.163)	22.700	360.000	(7.417)
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	2021	CDI+1,90	5.433	–	(1.431)	4.002	600.000	(10.885)
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	2018	CDI+1,98	17.339	–	(4.240)	13.099	750.000	(14.259)
Total			61.168	319.970	(13.267)	367.871	2.958.060	(45.218)
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.16		8,40 a 13,90	–	4.733	–	4.733	12.251	–
Total				4.733	–	4.733	12.251	–
Total da dívida				67.083	391.294	(17.033)	441.343	3.480.753

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

b) **Movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro é como segue:**

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial	Ingressos e/ou (Baixas)	Encargos Financeiros	Pagamentos	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Subvenções Governamentais (*)	Saldo Final
Instituições Financeiras/Credores	31.12.2013							31.12.2014
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.7	1.321	–	60	(941)	–	–	–	440
BNDES - Finame - c.8	3.705	–	248	(1.780)	–	–	–	2.173
FINEP - c.9	32.085	29.397	1.821	(7.370)	–	–	(7.936)	47.997
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.10	530.760	–	64.849	(124.507)	–	3.765	–	474.867
Notas promissórias - 1ª Emissão - controlada Eletropaulo - c.11	–	190.000	11.679	(201.679)	(470)	470	–	–
Notas promissórias - 2ª Emissão - controlada Tietê - c.15	–	500.000	1.448	–	(429)	–	–	501.019
Outros	275	–	3.304	(3.304)	–	–	–	275
Subtotal	568.146	719.397	83.409	(339.581)	(899)	4.235	(7.936)	1.026.771
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.12	614.482	–	44.042	(350.139)	–	609	–	308.994
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.13	501.868	–	56.746	(55.372)	–	379	–	503.621
Debêntures - 3ª Emissão - Tietê - c.14	–	300.000	27.164	(17.373)	(1.149)	137	–	308.779
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	246.978	–	29.356	(27.483)	–	3.706	–	252.557
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	200.145	–	24.809	(24.107)	–	739	–	201.586
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	375.283	–	44.567	(63.785)	–	2.163	–	358.228
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	593.117	–	72.880	(71.801)	–	1.431	–	595.627
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	748.840	–	89.000	(85.647)	–	4.348	–	756.541
Debêntures - 16ª Emissão - Eletropaulo - c.6	–	350.000	19.907	–	(1.712)	1.437	–	369.632
Subtotal	3.280.713	650.000	408.471	(695.707)	(2.861)	14.949	–	3.655.565
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.16	16.984	(418)	1.826	(4.798)	–	–	–	13.594
Total	16.984	(418)	1.826	(4.798)	–	–	–	13.594
Total	3.865.843	1.368.979	493.706	(1.040.086)	(3.760)	19.184	(7.936)	4.695.930

Empréstimos, Debêntures e Arrendamento financeiro	Saldo Inicial	Ingressos e/ou (Baixas)	Encargos Financeiros	Pagamentos	Diferimento Custos de Transação	Amortização Custos de Transação	Subvenções Governamentais (*)	Saldo Final
Instituições Financeiras/Credores	31.12.2012							31.12.2013
Empréstimos e Financiamentos								
<i>Em moeda estrangeira</i>								
STN - Resolução nº 96/93	31	–	1	(32)	–	–	–	–
<i>Em moeda nacional</i>								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - c.7	2.202	–	118	(999)	–	–	–	1.321
BNDES - Finame - c.8	4.631	–	368	(1.294)	–	–	–	3.705
FINEP - c.9	16.619	17.020	1.129	(1.104)	–	–	(1.579)	32.085
Nota promissória - 1ª Emissão - Tietê	–	498.000	5.957	(503.957)	(998)	998	–	–
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - c.10	564.779	–	53.484	(82.223)	(8.550)	3.270	–	530.760
Outros	275	–	3.304	(3.304)	–	–	–	275
Subtotal	588.537	515.020	64.361	(592.913)	(9.548)	4.268	(1.579)	568.146
Debêntures								
Debêntures - 1ª Emissão - Tietê - c.12	915.596	–	60.756	(362.882)	–	1.012	–	614.482
Debêntures - 2ª Emissão - Tietê - c.13	–	498.000	29.108	(23.351)	(2.099)	210	–	501.868
Debêntures - 9ª Emissão - Eletropaulo - c.1	247.893	–	22.611	(20.832)	(5.750)	3.056	–	246.978
Debêntures - 11ª Emissão - Eletropaulo - c.2	201.800	–	19.388	(18.586)	(8.000)	543	–	200.145
Debêntures - 13ª Emissão - Eletropaulo - c.3	398.532	–	36.484	(55.570)	(6.000)	1.837	–	375.283
Debêntures - 14ª Emissão - Eletropaulo - c.4	599.725	–	56.639	(55.332)	(9.000)	1.085	–	593.117
Debêntures - 15ª Emissão - Eletropaulo - c.5	758.642	–	68.730	(64.429)	(17.250)	3.147	–	748.840
Subtotal	3.122.188	498.000	293.716	(600.982)	(43.099)	10.890	–	3.280.713
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - c.16	7.954	13.653	1.686	(6.309)	–	–	–	16.984
Total	7.954	13.653	1.686	(6.309)	–	–	–	16.984
Total	3.718.679	1.026.673	359.763	(1.200.204)	(52.647)	15.158	(1.579)	3.865.843

c) **As principais características dos contratos empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:**

Controlada Indireta Eletropaulo:
Os empréstimos e financiamentos referentes ao RELUZ - Eletrobrás possuem como garantia a receita da controlada indireta Eletropaulo, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante ordem de procuração para os representantes dos credores. FINAME e FINEP possuem cartas de fiança como garantia contratadas pela controlada indireta Eletropaulo, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa ao ano
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	5	63.363	1,10% a 2,00%

Os demais empréstimos e financiamentos da controlada indireta Eletropaulo não possuem garantia. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

c.1) Debêntures - 9ª Emissão - controlada indireta Eletropaulo - R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

Taxa Contratual	Pagamentos Juros	Amortização	Vencimento
9ª Emissão	Semestrais	Anual R\$ 75.000	Agosto de 2015
		R\$ 75.000	Agosto de 2016
		R\$ 25.000	Agosto de 2017
		R\$ 75.000	Agosto de 2018
		R\$ 75.000	Agosto de 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e de 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c.13) Debêntures - 2ª Emissão - controlada Tietê - R\$498.000 em debêntures, emissão ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa Contratual	Pagamentos de Juros	Amortização	Vencimento
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983 Maio de 2017 165.983 Maio de 2018 166.034 Maio de 2019

As debêntures emitidas são subordinadas e não conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos obtidos por meio da 2ª emissão de debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da controlada Tietê ("Notas Comerciais"), no valor de R\$503.957, com o conseqüente cancelamento de tais Notas Comerciais.

c.14) Debêntures - 3ª Emissão - controlada Tietê - R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

Taxa Contratual	Pagamentos de Juros	Amortização	Vencimento
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	99.990 Março de 2018 99.990 Março de 2019 100.020 Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação. Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da controlada Tietê.

c.15) Nota Promissória - 2ª emissão - controlada Tietê - R\$500.000 em notas promissórias, ocorrida em 22 de dezembro de 2014, junto aos Bancos Santander, BTG e HSBC, com prazo final em dezembro de 2015.

Taxa Contratual	Pagamentos de Juros	Amortização	Vencimento
CDI + 1,20%	No final do contrato	No final do contrato	Dezembro de 2015

Os recursos captados em 22 de dezembro de 2014 com a emissão de 250 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$2.000 totalizando R\$500.000 foram utilizados para refinanciamento de dívidas, reforço de capital de giro e investimentos.

Divida comum para as empresas:
Arrendamento financeiro - Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento financeiro, em 31 de dezembro de 2014, registrado pelas controladas Eletropaulo, Tietê, e AES Serviços era de R\$13.594 (R\$16.984 em 31 de dezembro de 2013) no passivo, e R\$12.577 (R\$16.113 em 31 de dezembro de 2013) no ativo.

d) Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar	Total
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2016	124.308	465.000	2.567	(15.650)	576.225
2017	126.946	520.983	1.814	(11.603)	638.140
2018	128.390	830.973	1.279	(7.825)	952.817
2019	68.851	526.024	1.058	(3.133)	592.800
2020	4.161	320.020	956	(1.447)	323.690
Após 2020	12.251	180.000	2.259	(640)	193.870
	464.907	2.843.000	9.933	(40.298)	3.277.542

Compromissos financeiros - "Covenants"
Alguns dos empréstimos e financiamentos e as debêntures não conversíveis possuem cláusulas restritivas (*Covenants*), as quais foram integralmente cumpridas por suas controladas em 31 de dezembro de 2014. As cláusulas restritivas são relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA.

20. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, a controlada indireta Eletropaulo possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos. Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do "FINEP". Não existem condições ou contingências não cumpridas pela controlada indireta Eletropaulo atreladas a essas subvenções. As movimentações das subvenções governamentais, são como segue:

	2014	2013
	R\$	R\$
Saldo inicial	5.077	3.498
Recebidas	9.789	2.626
Baixas	(1.853)	(1.047)
Saldo final	13.013	5.077
Circulante	2.478	1.408
Não circulante	10.535	3.669
Total	13.013	5.077

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção Governamental
	R\$
2016	2.427
2017	2.265
2018	1.858
2019	1.397
2020	1.005
Após 2020	1.583
	10.535

21. Obrigações com entidade de previdência privada

As controladas Eletropaulo e Tietê patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pelas controladas. A controlada indireta Eletropaulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é partilhado entre a controlada indireta Eletropaulo e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuariário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada indireta Eletropaulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição. O Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada indireta Eletropaulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano. Ao final do exercício de 2014 as controladas Eletropaulo e Tietê procederam à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, no qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

21.1 Ativos e Passivos Atuariais:

	2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	10.078.792	278.633	10.357.425
Valor justo dos ativos do plano	(7.259.999)	(298.426)	(7.558.425)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	-	19.793	19.793
Obrigação registrada	2.818.793	-	2.818.793

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais	9.789.505	252.365	10.041.870
Valor justo dos ativos do plano	(7.236.335)	(285.059)	(7.521.394)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	-	32.694	32.694
Obrigação registrada	2.553.170	-	2.553.170

21.2 As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego são demonstradas a seguir:

	2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	9.789.505	252.365	10.041.870
Custo dos serviços correntes	15.066	1.840	16.906
Custo dos juros	1.049.523	27.634	1.077.157
Benefícios pagos	(896.615)	(16.042)	(912.657)
Contribuições dos empregados	6.270	1.205	7.475
(Ganho)/Perda atuarial	115.043	11.631	126.674
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	10.078.792	278.633	10.357.425

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	12.489.418	321.672	12.811.090
Custo dos serviços correntes	25.079	3.482	28.561
Custo dos juros	1.027.181	27.323	1.054.504
Benefícios pagos	(812.155)	(14.879)	(827.034)
Contribuições dos empregados	6.028	1.165	7.193
(Ganho)/Perda atuarial	(2.946.048)	(86.398)	(3.032.444)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.789.505	252.365	10.041.870

21.3 As movimentações do valor justo dos ativos do plano são demonstradas a seguir:

	2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor dos ativos do plano no início do exercício	7.236.335	285.059	7.521.394
Contribuições do empregador	224.649	1.057	225.706
Contribuições dos empregados	6.270	1.205	7.475
Perdas atuariais	(92.712)	(4.302)	(97.014)
Rendimento esperado dos ativos do plano	(762.072)	31.449	(730.623)
Benefícios pagos	(896.615)	(16.042)	(912.657)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.259.999	298.426	7.558.425

	2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Consolidado
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.525.610	317.648	8.843.258
Contribuições do empregador	255.173	1.012	256.185
Contribuições dos empregados	6.028	1.165	7.193
Perdas atuariais	(1.456.175)	(46.961)	(1.503.136)
Rendimento esperado dos ativos do plano	717.854	27.074	744.928
Benefícios pagos	(334.406)	(14.879)	(349.285)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.236.335	285.059	7.521.394

21.4 As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	2014			
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Outras controladas	Consolidado
Custo dos serviços correntes	15.066	1.840	-	16.906
Custo dos juros	1.049.523	27.634	-	1.077.157
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.072)	(31.449)	-	(813.521)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	-	3.691	-	3.691
Total despesa benefício definido	282.517	1.716	-	280.542
Outras contribuições	3.521	935	3.699	8.155
Total da despesa no exercício	286.038	2.651	3.699	288.697

	2013			
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Outras controladas	Consolidado
Custo dos serviços correntes	25.079	3.482	-	28.561
Custo dos juros	1.027.181	27.323	-	1.054.504
Rendimento esperado dos ativos do plano	(717.854)	(27.074)	-	(744.928)
Total despesa benefício definido	334.406	3.715	-	338.121
Outras contribuições	3.340	872	6	4.218
Total da despesa no exercício	337.746	4.603	6	342.355

21.5 As movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes são como seguem:

	2014	2013
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê
Saldo no início do exercício	(1.340.257)	(2.830.128)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	(209.856)	2.944.716
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	(57.898)	1.330
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica	132.711	-
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(92.712)	(1.456.175)
Saldo no final do exercício	(1.548.012)	(1.340.257)

	2014	2013
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê
Saldo no início do exercício	2.720	(4.024)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela taxa de desconto	(10.213)	94.036
Perda atuarial gerado pela experiência demográfica	(2.673)	(7.637)
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica	1.254	-
Perda atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(4.302)	(46.961)
Ajuste do limite do reconhecimento do ativo	16.592	(32.694)
Saldo no final do exercício	3.378	2.720

21.6 As composições dos investimentos dos planos por segmento são as seguintes:

	Distribuição dos Investimentos 2014		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
Renda Fixa	79,69%	81,93%	até 100%
Renda Variável	14,97%	14,48%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,72%	1,62%	até 15%
Imóveis	3,62%	1,97%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

	Distribuição dos Investimentos 2013		
	Controlada Eletropaulo	Controlada Tietê	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
Renda Fixa	76,56%	78,09%	até 100%
Renda Variável	18,20%	18,22%	até 70%
Empréstimos a Participantes	1,76%	1,72%	até 15%
Imóveis	3,48%	1,97%	até 8%
Total	100,00%	100,00%	

21.7 As premissas atuariais utilizadas pelas controladas Eletropaulo e Tietê são as seguintes:

	Controlada Eletropaulo		
	2015	2014	2013
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	10,93% ao ano	11,19% ao ano
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% ao ano	6,59% ao ano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% ao ano	4,50% ao ano
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	10,93% ao ano	11,19% ao ano	10,04% ao ano
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% ao ano	6,59% ao ano	6,59% ao ano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	-	Tábua Mercer	-
Taxa de rotatividade esperada	0,30 (tempo de serviço + 1)	19,55	18,60
c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos:	N/A	19,55	18,60

	Controlada Tietê		
	2015	2014	2013
a) Premissas econômicas:			
a1) Determinação do passivo atuarial:			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	10,93% ao ano	11,29% ao ano
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% ao ano	6,59% ao ano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% ao ano	4,50% ao ano
a2) Determinação da despesa atuarial:			
Taxa de desconto nominal	10,93% ao ano	11,29% ao ano	8,68% ao ano
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% ao ano	6,59% ao ano	6,59% ao ano
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
b) Premissas demográficas:			
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT-2000	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT-2000	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	-	Tábua Mercer	-
Taxa de rotatividade esperada	0,30 (tempo de serviço + 1)	19,55	18,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Ativos financeiro setorial, líquido (anteriormente denominado de "Ativos e passivos regulatórios" - controlada indireta Eletropaulo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.20, a controlada indireta Eletropaulo aplicou prospectivamente o OCPC 08 - Reconhecimento de determinados ativos e/ou passivos das distribuidoras de energia elétrica - a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registrando um ativo financeiro setorial líquido de R\$270.506 em contrapartida à receita operacional líquida. Para propiciar melhor comparabilidade, está divulgado abaixo os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, utilizando os mesmos critérios do exercício de 2014.

Ativo financeiro setorial, líquido	2014	2013
CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	598.464	88.367
Outros componentes financeiros da tarifa	(277.317)	(21.765)
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	78.707	60.958
Revisão Tarifária - Fator Xe	(55.366)	(72.207)
Impacto de postergação da Revisão Tarifária	(201.328)	(573.396)
Revisão tarifária - Universalização	(2.220)	(7.311)
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	140.940	(525.354)
NÃO CIRCULANTE		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	398.263	86.691
Outros componentes financeiros da tarifa	(268.697)	(14.575)
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	-	60.958
Revisão Tarifária - Fator Xe	-	(54.114)
Impacto de postergação da Revisão Tarifária	-	(191.704)
Revisão tarifária - Universalização	-	(7.311)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	129.566	(120.055)
TOTAL DO ATIVO	270.506	(645.409)

A movimentação do ativo financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

Descrição da movimentação	Ativo financeiro setorial, líquido		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(525.354)	(120.055)	(645.409)
Diferimentos	136.856	310.098	446.954
Atualização monetária	17.076	13.354	30.430
Amortização	404.976	33.555	438.531
Transferências	107.386	(107.386)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (*)	140.940	129.566	270.506

(*) Por ser registrado de forma prospectiva, o saldo do ativo financeiro setorial líquido de R\$270.506 foi reconhecido integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (vide nota explicativa nº 28).

36. Seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia e suas controladas para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada (R\$ mil)
	de	até	
Riscos operacionais	1-abril-2014	1-abril-2015	R\$ 2.400.000
Vida em grupo	1-janeiro-2015	1-janeiro-2016	25 x salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	1-junho-2014	1-abril-2015	R\$ 30.000
Responsabilidade Civil - D&O	1-abril-2014	1-abril-2015	R\$ 100.000
Frota veículos - RCF	1-abril-2014	1-abril-2015	RCFV Garantia Única R\$ 1.000
Riscos Ambientais	1-abril-2014	1-abril-2015	R\$ 10.000

O seguro de frota de veículos - RCF - é contratado individualmente pela controlada indireta Eletropaulo. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

37. Investimentos em meio ambiente**Controlada indireta Eletropaulo**

Gastos meio ambiente	2014	2013
Custos Diretos - Gerência de Meio Ambiente	3.488	7.279
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	1.703	1.494
Licenciamentos e Compensações Ambientais	4.473	1.700
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	21.019	13.776
Adequações Ambientais e Prevenção à Poluição	17.868	4.056
Treinamentos Operacionais	29	26
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	17	19
Subtotal	48.597	28.410
Projetos de P&D (*)	-	20
Projetos de Eficiência Energética (*)	47.570	57.260
Total	96.167	85.690

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela controlada indireta Eletropaulo em 2014, R\$78.299 (R\$81.634 em 2013) foram registrados no resultado do exercício e R\$17.868 (R\$4.056 em 2013) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A controlada indireta Eletropaulo em busca da excelência ambiental manteve em 2014 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2019. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratos, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos e comunicação.

Gastos meio ambiente	2014	2013
Licenciamentos e Programas Ambientais	10.843	8.934
Custos Diretos	486	326
SGA - Sistema de Gestão Ambiental	1.083	1.455
Projetos de P&D	2.321	1.986
Total	14.733	12.701

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃOAndrés Ricardo Gluski Weilert
Presidente do Conselho

Manuel Francisco Pérez Dubuc

Britaldo Pedrosa Soares

Marcelo Marcolino

Marcelo de Carvalho Lopes

DIRETORIABritaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e de Relações com InvestidoresPedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
DiretorMarcelo Antonio de Jesus
Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário
Mario Shinzato
Contador - CRC 1SP-151004/O-9**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Brasileira de Energia

Barueri - São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Energia ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade dos auditores independentes

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da COMPANHIA BRASILEIRA DE ENERGIA ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.128.563/0001-10, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Uliôna Rodrigues, nº 939, 5º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboiré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Barueri, 09 de fevereiro de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente e Relações com InvestidoresPedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor**Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Brasileira de Energia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes
CRC ZSP014428/O-6

São Paulo, 09 de fevereiro de 2015

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

A AES Brasil é a empresa-modelo em sustentabilidade do setor de energia.

A comprovação do nosso compromisso com uma sociedade mais sustentável, traduzido em nossa Missão: Promover o bem-estar e o desenvolvimento, com o fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia.